

IV SEMINÁRIO DE PESQUISA EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS (SEPERI)

28 e 29 de novembro de 2024

CADERNO DE RESUMOS

Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da
Universidade Federal de Santa Catarina



IV SEMINÁRIO DE PESQUISA EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS (SEPERI)

O IV Seminário de Pesquisa em Relações Internacionais (SEPERI), do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais (PPGRI), da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), foi realizado entre os dias 28 e 29 de novembro de 2024, no formato híbrido (presencial e virtual). O IV SEPERI trata-se de um evento acadêmico, voltado para o debate de pesquisas em Economia Política Internacional e Política Internacional, temáticas ligadas às linhas de pesquisa do PPGRI-UFSC. O objetivo do Seminário é fomentar o debate acadêmico de pesquisas em andamento dos(as) pós-graduandos(as) em Relações Internacionais, bem como de áreas afins, desde que se encaixem nas áreas temáticas gerais do evento. Os Anais do Evento foram produzidos pela Comissão Organizadora do IV SEPERI com o objetivo de divulgar os artigos aprovados e apresentados durante o evento. Os trabalhos a seguir estão dispostos em ordem alfabética da autoria principal.



CADERNO DE RESUMOS

IV SEMINÁRIO DE PESQUISA EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS



REALIZAÇÃO:

Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais (PPGRI)

Centro Socioeconômico (CSE)

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

PROFESSOR RESPONSÁVEL:

Fábio Pádua dos Santos, Dr.

COMISSÃO ORGANIZADORA:

Guilherme Boscardin Espindola

José Antonio Fogolari

Rodrigo Abreu de Barcellos Ribeiro

Stela Rocha de Medeiros Dantas

Yasmin Lenz Piccoli Castelli

COMISSÃO ACADÊMICA:

Bárbara Silveira Inacio Rocha

José Antonio Fogolari

Mariana Guanabara

Monique Rafaela Sartor

COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO:

Allam Zimmer Matte

Giovanna de Lima Pereira

Guilherme Boscardin Espindola

Fábia Muneron Busatto

COMISSÃO LOGÍSTICA:

Laísa Ribeiro Cardoso

Leandro Rodrigues Lopes

Stela Rocha de Medeiros Dantas

Yasmin Lenz Piccoli Castelli

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	4
RESUMOS APROVADOS.....	5
Hegemonia, a categoria coringa. Diferenças e convergências entre os Realistas e os Neogramscianos sob o prisma do BRICS.....	6
A geopolítica da iniciativa dos três mares para a Europa Central e Leste: renascimento do projeto polonês do Intermarium?.....	6
Os impactos de gênero da Previdência Chilena em um Mundo Financeirizado.....	8
Visões contrastantes de poder e governança global na era da multipolaridade: G7 e BRICS em perspectiva.....	8
“Ni una menos”: o impacto das redes sociais nos movimentos feministas da América Latina.....	10
Entre a dependência e a autonomia: as relações e pressões entre Brasil e Estados Unidos e os diferentes vetores de militarização na Amazônia Legal.....	11
Ecopolítica Internacional e os impactos das mudanças climáticas na cadeia produtiva do açaí: um estudo de caso do Arquipélago do Bailique.....	12
Banco Mundial e o papel das instituições na manutenção da ordem: uma comparação entre a Teoria Crítica Neo Gramsciana e a Teoria Institucionalista.....	13
Afro-Reparação e Migrações: acesso à educação no sul do Brasil.....	14
Securitização das mudanças climáticas: uma análise das possibilidades e perspectivas brasileiras a partir da atuação das Forças Armadas no desastre hidrológico de maio de 2024 no Rio Grande do Sul.....	15
China e cooperação Sul-Sul na América Latina: o caso do Fórum China-CELAC.....	16
História e memória de Portugal contemporâneo: para além dos arquivos da Polícia Internacional de Defesa do Estado (PIDE).....	17
As moedas internacionais atuais: meio de troca, unidade de conta e reserva de valor.....	19
Entre Identidades e Instituições: uma reflexão acerca da crítica construtivista ao institucionalismo liberal enquanto contribuição teórica para a Análise de Política Externa (APE).....	20
O BRICS no desenvolvimento sustentável da bioeconomia na Amazônia Legal entre 2020-2024: contraposição ou adaptação das instituições de governança global.....	21
O movimento antigênero sob a ótica das teorias feminista, construtivista e crítica de base neogramsciana: a Igreja Católica e o papel da linguagem.....	22
Movimentos feministas transnacionais na América Latina: Análise das políticas de saúde das mulheres na Constituição de 1988.....	23
As relações de gênero na política: o avanço da extrema-direita e o ataque às mulheres... 24	
O declínio da hegemonia americana, a ascensão chinesa e a crise sistêmica da ordem neoliberal: uma análise sobre a responsabilidade da China sobre os rumos do longo século XXI.....	25
Crimes contra a população Rohingya em Mianmar: a atuação da ASEAN diante do Golpe Militar de 2021.....	26

PÔSTERES APROVADOS.....	27
Acolhimento e Integração de Estudantes Internacionais Vinculados ao PEC-G da UFSC: Projeto Sintegra.....	28
Poder cibernético e políticas de defesa: uma análise da construção das capacidades norte-americanas.....	30
Percalços da diáspora na ilha do desterro: a imigração venezuelana no Brasil e na Grande Florianópolis.....	31
A questão da terra em África: governança ambiental e movimentos sociais agrários.....	32
As posturas do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos diante de violações emblemáticas: as gestões de Zeid Ra'ad Hussein (2014 - 2018), Michelle Bachelet (2018 - 2022) e Volker Turk (2022 -).....	33
IA no Brasil: uma análise da Estratégia Brasileira de Inteligência Artificial.....	34
A produção teórica latino-americana nas Relações Internacionais: aplicabilidade da Teoria da Dependência.....	35
Narrativas Sul-Sul: a cooperação ambiental entre Brasil e África do Sul.....	36
A ascensão das capacidades cibernéticas da China e suas implicações no contexto de disputas geopolíticas.....	37
Pesquisa bibliométrica sobre Cooperação e Direito Internacional Ambiental no Brasil...	38

APRESENTAÇÃO

O IV Seminário de Pesquisa em Relações Internacionais (SEPERI), do Programa de PósGraduação em Relações Internacionais (PPGRI), da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), foi realizado entre os dias 28 e 29 de novembro de 2024, no formato híbrido (presencial e virtual). O IV SEPERI trata-se de um evento acadêmico, voltado para o debate de pesquisas em Economia Política Internacional e Política Internacional, temáticas ligadas às linhas de pesquisa do PPGRI-UFSC. O objetivo do Seminário é fomentar o debate acadêmico de pesquisas em andamento dos(as) pós-graduandos(as) em Relações Internacionais, bem como de áreas afins, desde que se encaixem nas áreas temáticas gerais do evento. Este Caderno de Resumos produzido pela Comissão Organizadora do IV SEPERI tem por objetivo divulgar os trabalhos aprovados no âmbito dos eixos temáticos dispostos no edital de chamada de artigos, bem como dos pôsteres de iniciação científica aceitos para o evento. Os trabalhos a seguir estão dispostos em ordem alfabética da autoria principal.

Hegemonia, a categoria coringa. Diferenças e convergências entre os Realistas e os Neogramscianos sob o prisma do BRICS

Allam Zimmer Matte

O artigo explora as diferenças e convergências entre as Teorias Realistas e a Teoria Crítica Neogramsciana no contexto do Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (BRICS), analisando como cada escola teórica interpreta a categoria hegemonia. O objetivo é avaliar como essas duas abordagens explicam as movimentações de BRICS na disputa hegemônica contemporânea na Economia Política Internacional. A metodologia utilizada envolve uma análise teórica comparativa, utilizando parâmetros estabelecidos por autores como Gilpin e Mearsheimer para os realistas, e Li e Cox para os neogramscianos. O estudo se concentra em um fenômeno específico, o avanço do Sul Global e a formação de alianças contra-hegemônicas/potências ascendentes, para operacionalizar as teorias de forma prática. Os principais achados indicam que os realistas veem o BRICS como um fenômeno cíclico e natural na luta pelo poder, enfatizando a capacidade militar e a influência política como indicadores de hegemonia. Em contraste, os neogramscianos destacam a formação de uma contra-hegemonia através do consenso e coerção, focando nas relações econômicas, políticas e sociais que sustentam a hegemonia. O BRICS é visto como uma aliança estratégica que busca alternativas no sistema internacional vigente, sem necessariamente propor uma ruptura completa. A conclusão destaca que ambas as abordagens são complementares para entender a complexidade das Relações Internacionais e a posição do BRICS no cenário global. Enquanto os realistas fornecem uma visão pragmática e focada na resolução de problemas, os neogramscianos oferecem uma abordagem mais detalhada e processual, considerando a hegemonia como um fenômeno dinâmico e interdependente. Essas perspectivas são essenciais para compreender as dinâmicas de poder e as implicações da ascensão do BRICS no Sistema Internacional (SI). Além disso, o estudo revela que a escola realista, ao enfatizar a capacidade militar e a luta pelo poder, fornece uma análise pragmática e direta das dinâmicas de hegemonia. No entanto, essa abordagem pode ser limitada em sua capacidade de explicar as complexas interações econômicas e sociais que também influenciam a hegemonia. Por outro lado, a abordagem neogramsciana, ao focar no consenso e coerção, oferece uma visão mais holística e detalhada das dinâmicas de poder, considerando tanto os aspectos materiais quanto ideacionais da hegemonia. A análise do BRICS sob essas duas perspectivas teóricas permite uma compreensão mais abrangente e detalhada das dinâmicas de poder e hegemonia no SI contemporâneo. Ambas as abordagens são essenciais para uma compreensão completa das dinâmicas de poder no SI e das implicações da ascensão do BRICS.

Palavras-Chave: Hegemonia; Neogramsciano; Neorealismo.

A geopolítica da iniciativa dos três mares para a Europa Central e Leste: renascimento do projeto polonês do Intermarium?

Alexandre Piamolini

O presente artigo analisará a criação da Iniciativa dos Três Mares e quais as suas similaridades referentes ao histórico projeto do Intermarium que a Polônia tentou promover no início do século XX como uma estratégia geopolítica para as regiões centro e leste da Europa. Dentre os seus principais objetivos, havia o estabelecimento de uma aliança de Estados ancorada em fortalecer um posicionamento político, segurança e estratégico frente às ameaças militares e expansionistas da Rússia. Entretanto, em 2015 a Polônia, junto com a Croácia, fundou a Iniciativa dos Três Mares como o mais recente projeto de integração regional entre os países que estão situados nas regiões centro e leste da Europa. Representada atualmente por treze Estados, com a inclusão da Grécia como o mais recente membro, a costa litorânea do Egeu será incluída na interconexão com os mares Báltico, Negro e o Adriático, podendo ainda impactar na renomeação para Iniciativa dos Quatro Mares. Desse modo, o seu propósito consiste no fortalecimento dos laços político, econômico, energético, tecnológico, assim como na expansão logística de malhas rodoviárias e ferroviárias, cujo foco é a interligação comercial dos portos marítimos para a cooperação regional. Contudo, a guerra entre a Rússia e a Ucrânia em 2022 alterou o equilíbrio de segurança na Europa, o que acarretou na inclusão da agenda de defesa e segurança como a nova pauta de discussão entre os países-membros. Ademais, a presença extrarregional dos Estados Unidos adquiriu ampla relevância geoestratégica, inclusive na presença da OTAN, uma vez que, exceto a Áustria, todos os demais Estados fazem parte do bloco de segurança atlântico. Logo, esse artigo analisará se a expansão da Iniciativa dos Três Mares possui semelhanças estratégicas com o histórico projeto geopolítico do Intermarium, tendo em vista que a Polônia almeja fortalecer a integração regional, bem como contribuir para o fortalecimento da presença da OTAN como um fator geoestratégico em contrabalançar militarmente a Rússia no leste da Europa.

Palavras-chave: Intermarium; Polônia; Iniciativa dos Três Mares, Grécia.

Os impactos de gênero da Previdência Chilena em um Mundo Financeirizado

Amanda Krein Antonette

Este trabalho parte da busca por compreender de que formas o gênero, enquanto uma categoria analítica, e enquanto uma estrutura social, se relaciona ao processo de financeirização. Entende-se a financeirização enquanto um processo de reestruturação do modo de acumulação a nível global, que se desenvolve nos países periféricos conjuntamente a adequação ao Consenso de Washington e a ascensão do Estado neoliberal. Neste processo, as reformas da previdência foram um pilar central, por moverem o capital necessário para o mercado financeiro privado e criarem os investidores institucionais nacionais - os fundos de pensão. A reforma chilena foi a primeira e mais radical realizada na América latina, em 1980, pelo regime ditatorial de Pinochet. A mudança central advinda do sistema adotado é que cada trabalhador é inteiramente responsável pelas suas pensões, sendo eliminada a contribuição patronal, e as pensões passam a ser administradas pelas Administradoras de Fundos de Pensões (AFPs) - instituições financeiras privadas que gerem exclusivamente pensões, aplicando o montante poupado no sistema financeiro. Esse modelo traz uma série de consequências sociais, as principais sendo a diminuição da cobertura e da cotização, bem como uma dificuldade de acessar a aposentadoria. As mulheres são uma das principais categorias impactadas negativamente pela reforma, sendo marginalizadas na previdência social. Assim, objetiva-se, neste trabalho, compreender a relação entre as mudanças estruturais do capitalismo e a estrutura de gênero, a partir da análise dos impactos de gênero do sistema de previdência de capitalização individual chileno, entendendo-o enquanto parte do processo de financeirização nos países latino-americanos. Para tal, busca-se debater os impactos do processo de financeirização nas desigualdades de gênero no sistema de pensões, na própria crise do sistema de pensões e na precarização do trabalho feminino. Para desenvolver esta pesquisa utiliza-se o estudo de caso do modelo de previdência chileno, entre o período de 1980 - início do regime de capitalização individual - e 2018 - final do segundo mandato de Bachelet. Os resultados encontrados indicam que as desigualdades de gênero no sistema de previdência são causadas por uma invisibilidade do trabalho reprodutivo na concepção do sistema e se traduzem em um acesso desigual à aposentadoria e um gap no valor das pensões recebida. Essas assimetrias de gênero são reflexo da divisão sexual do trabalho na economia como um todo. O sistema de previdência, porém, não apenas reproduz assimetrias do mercado de trabalho mas também fomenta essas desigualdades através de seu papel no aprofundamento da financeirização - e a consequente precarização do trabalho feminino.

Palavras-chave: Previdência social; Financeirização; Gênero.

Visões contrastantes de poder e governança global na era da multipolaridade: G7 e BRICS em perspectiva

Amanda Ribeiro Lopes
Gabriel Soares Quevedo

Nos últimos anos, o cenário global tem testemunhado uma crescente disputa pela liderança e influência internacional. Enquanto as potências tradicionais, representadas pelo G7, buscam preservar a ordem internacional que ajudaram a construir, um novo grupo de atores emergentes, encabeçado pelo BRICS, tem desafiado essa hegemonia, propondo uma reconfiguração da governança global. Neste contexto de transição e incertezas, surgem perguntas centrais: como essas coalizões, partindo de conceitos semelhantes de poder e cooperação, apresentam abordagens tão diferentes para lidar com a ordem mundial? E como as tradições culturais e filosóficas, especialmente a oriental, moldam essas divergências? Este artigo explora essas questões ao comparar os princípios norteadores do BRICS e do G7, investigando como a cultura estratégica chinesa, profundamente influenciada pelo Confucionismo, contrasta com as visões ocidentais tradicionais de hegemonia e poder. Com base em autores como Yan Xuetong e Qin Yaqing, que oferecem uma perspectiva ética e cooperativa, e em teóricos ocidentais como Robert Cox e John Mearsheimer, que discutem a hegemonia e o realismo, a pesquisa busca entender como essas diferentes visões moldam a política externa e a estratégia global de cada bloco. Utilizando uma abordagem teórica, este estudo tem caráter exploratório, na análise das teorias que embasam as diferentes visões de governança global do BRICS e do G7. Embora os resultados esperados indiquem que o G7 privilegia uma hegemonia baseada no poder material e coerção, enquanto o BRICS, influenciado pela China, propõe uma ordem mais inclusiva e cooperativa, o objetivo principal deste artigo é explorar essas teorias e suas complexidades. O desenvolvimento dessas ideias e suas possíveis implicações práticas serão deixados em aberto para futuros estudos, permitindo uma análise mais detalhada e aplicada em fases posteriores da pesquisa.

Palavras-chaves: BRICS; Hegemonia; Teorias de Relações Internacionais.

“Ni una menos”: o impacto das redes sociais nos movimentos feministas da América Latina

Bárbara Silveira Inácio Rocha

Este estudo propõe uma análise sobre os impactos das redes sociais na agenda dos movimentos feministas latino-americanos. Para isso, busca responder à seguinte pergunta: “De que maneira as redes sociais têm influenciado as agendas dos movimentos feministas na América Latina desde o surgimento do coletivo Ni Una Menos no período entre 2015 e 2023?”. A hipótese central é de que a inserção das agendas dos movimentos feministas nas redes sociais, impulsionada pelo “Ni Una Menos”, gerou um reconhecimento de desafios congêneres entre mulheres da mesma região, facilitando a disseminação de informações e a mobilização desses grupos, resultando em maior visibilidade das demandas feministas e na pressão sobre os governos locais para implementá-las. Assim, o objetivo geral é entender o impacto das redes sociais na agenda do movimento feminista latino-americano a partir do caso “Ni Una Menos”. Para atingi-lo, foram estabelecidos três objetivos específicos: (i) realizar uma revisão bibliográfica sobre os movimentos feministas e as redes sociais na América Latina; (ii) contextualizar o coletivo “Ni Una Menos” e como este se utilizou das redes sociais; e (iii) analisar o impacto das redes sociais nas agendas dos movimentos feministas latino-americanos. Devido a isso, o método de abordagem trata-se do hipotético-dedutivo, buscando corroborar ou falsear a hipótese apresentada acima. Em relação ao método de procedimento utiliza-se o estudo caso sobre o coletivo “Ni Una Menos” dentro do período posto, pois busca-se entender com maior profundidade um fenômeno complexo dentro do contexto delimitado. Assim sendo, possui-se como base a literatura sobre a temática de movimentos feministas na América do Sul e fontes primárias que, neste caso, são as publicações do coletivo “Ni Una Menos” em suas redes sociais, para análise da forma de construção dos ideais feministas e o impacto nos usuários, a partir de reações e comentários. Portanto, pensa-se tanto na ampliação e aproximação dos indivíduos a estes movimentos por meio destas redes, como as limitações e impactos negativos que estas estruturas cibernéticas podem ocasionar, visto o possível desvio de narrativas e esvaziamento de pautas por um contingente de usuários. Desse modo, é possível analisar como as dinâmicas do ativismo feminista se transformam diante dessas possibilidades, incluindo novos atores na política internacional e tornando os debates dessas agendas mais complexos e multifacetados.

Palavras-chave: Movimentos Feministas; Redes Sociais; Ni Una Menos.

Entre a dependência e a autonomia: as relações e pressões entre Brasil e Estados Unidos e os diferentes vetores de militarização na Amazônia Legal

Caio Junior Auler

Este artigo pretende discutir o papel dos Estados Unidos (EUA) na militarização da Amazônia brasileira. A militarização na Amazônia tem suas origens históricas nos processos de ocupação colonial luso-brasileiros na região, que desde o século XVII condicionam ao Exército do Brasil papel central na formulação de políticas de defesa, desenvolvimento e integração do bioma. Para além da militarização tradicional, na forma de políticas de defesa convencionais, no período recente a região tem também observado um processo de militarização multifatorial, derivado dos rearranjos securitários promovidos pelos EUA após o fim da Guerra Fria, os quais têm viabilizado a atuação do Exército brasileiro em atribuições subsidiárias, como o combate ao narcotráfico e aos crimes ambientais. A pesquisa busca trabalhar, portanto, com os dois vetores de militarização apresentados, entendidos aqui como a militarização tradicional e a militarização multifatorial. O trabalho parte do pressuposto de que há uma influência dual dos EUA nos processos de militarização observados na Amazônia, influência essa que será explorada com base na análise da composição e das correntes de pensamento político que disputam a formulação de políticas dentro do Exército brasileiro entre 1945 e 2022. Com base em uma abordagem metodológica qualitativa de caráter exploratório, baseada na análise de documentos de defesa brasileiros e exploração bibliográfica, o trabalho busca responder a seguinte questão: como as relações militares assimétricas entre Brasil e EUA estimulam o processo brasileiro de militarização na Amazônia? Para tanto, considerando-se o desenvolvimento das relações militares bilaterais entre Brasil e EUA após o fim da Segunda Guerra Mundial, analisa-se a dinâmica entre dois grandes grupos político-ideológicos presentes na composição do Exército do Brasil, binariamente estabelecidos como americanistas e nacionalistas. Pretende-se, com base nisso, compreender as pressões impostas pela assimetria militar da relação bilateral e os reflexos nas doutrinas de segurança do país, que resultarão em diferentes vetores de militarização no território amazônico a depender do grau de aquiescência aos EUA. O trabalho conclui que os EUA exerce uma influência em dois níveis na militarização do bioma amazônico: por um lado, a ala americanista, aquiescente ao combate às chamadas “novas ameaças”, mostra-se associada à militarização multifatorial; por outro lado, a ala nacionalista, responsável pelas formulações convencionais de defesa na garantia dos recursos estratégicos amazônicos, apresenta como resposta a militarização tradicional.

Palavras-chave: Relações Brasil-Estados Unidos; Militarização; Amazônia.

Ecopolítica Internacional e os impactos das mudanças climáticas na cadeia produtiva do açaí: um estudo de caso do Arquipélago do Bailique

Camila Soares Lippi
Leandro Rodrigues Lopes
Maria Palheta

A Ecopolítica Internacional emergiu dos temas debatidos na agenda ambiental das relações internacionais, com base na ecologia política. Isso ocorre devido ao longo período histórico, quando o desenvolvimento do comércio internacional conduzido pelos Estados, preocupou-se somente com a exploração de recursos naturais, sem ter atenção aos impactos predatórios de uma exploração insustentável, os quais causam efeitos negativos às mudanças climáticas nos dias de hoje. Por isso, a Ecopolítica Internacional é compreendida como uma teoria político-social a ser desenvolvida dentro da perspectiva crítica das Relações Internacionais, afastando-se da centralização ecológica, cuja finalidade se propõe em mobilizar a sociedade civil para realizar profundas transformações, capazes de mudar o status quo da não sustentabilidade presente na sociedade internacional, que ultrapassam as fronteiras e se interagem entre o local e o global. Nesse sentido, a Ecopolítica Internacional visa encontrar explicações que justifiquem a desvinculação de uma política global que domina a sociedade e o meio natural. Este trabalho se propõe a analisar os impactos das mudanças climáticas na cadeia produtiva do açaí, olhando para o arquipélago do Bailique como um estudo de caso, se debruçando mais especificamente sobre o fenômeno da salinização do rio Amazonas, que tem se tornado frequente com as mudanças climáticas, afetando negativamente o extrativismo do fruto, que chega a nascer salgado em decorrência do fenômeno, prejudicando tanto a comercialização do açaí (incluindo sua exportação) quanto a própria segurança alimentar da população ribeirinha local. Destaca-se, ainda, que o arquipélago do Bailique é um conjunto de ilhas na foz do rio Amazonas, no Estado do Amapá, que é distrito da capital do estado, Macapá, e que fica a 160 km da parte continental da cidade, sendo acessada a partir dela apenas por meio fluvial. A economia do arquipélago, habitado por população ribeirinha, se baseia principalmente no extrativismo de açaí e na pesca artesanal, sendo o açaí do Bailique o primeiro do mundo a ganhar o selo de “cadeia de custódia”, fornecido pela Forest Stewardship Council, atestando boas práticas ambientais e sociais na cadeia produtiva do fruto, que também é base da alimentação da população local. Desse modo, utilizar-se-á da metodologia qualitativa por meio do levantamento bibliográfico, recorrendo-se a publicações de artigos periódicos, livros, teses e dissertações, além de levantamento e análise de documentos como notícias de jornal a respeito dos impactos da salinização da foz do rio Amazonas no extrativismo de açaí no Bailique.

Palavras-chave: Ecopolítica Internacional, mudanças climáticas; cadeia produtiva do açaí; Bailique.

Banco Mundial e o papel das instituições na manutenção da ordem: uma comparação entre a Teoria Crítica Neo Gramsciana e a Teoria Institucionalista

Fábia Muneron Busatto

Este artigo propõe-se a fazer uma comparação conceitual entre como a Teoria do Institucionalismo Liberal e a Teoria Crítica compreendem o papel das instituições no sistema internacional, principalmente considerando o papel institucional para a manutenção da ordem do sistema internacional. Como instituição foco de análise de caso, será considerado o caso do Banco Mundial. Entende-se que a formação de regimes ou instituições internacionais desponta como central na disputa de teorias das Relações Internacionais: ora como instrumento efetivo de cooperação, ora como demonstração de poder dos Estados mais poderosos, ou apenas como efeito colateral de menor importância frente a lutas de poder. Tendo em vista a institucionalização de regimes multilaterais a partir da segunda metade do século XX e a ascensão do protagonismo institucional de instituições financeiras como o Banco Mundial, o artigo tem como objetivos i) fazer uma análise comparativa sobre o papel da institucionalidade na manutenção da ordem no sistema internacional nas perspectivas da Teoria Crítica Neo Gramsciana e da Teoria Institucionalista; ii) analisar como a atuação do Banco Mundial pode ser explicada dentro de cada teoria. O trabalho é de caráter descritivo e comparativo, e utilizou-se de pesquisas em bases qualitativas para compor seu referencial teórico. São analisadas principalmente obras dos autores Robert Keohane, Joseph Nye e Lisa Martin no Institucionalismo, e obras dos autores Robert Cox e S.Gill na Teoria Crítica.

Palavras chave: Teoria Crítica, Teoria Institucionalista, Banco Mundial

Afro-Reparação e Migrações: acesso à educação no sul do Brasil

Gabriela de Mendonça Lima Penna

No cenário de mobilidade no eixo Sul-Sul, o Brasil é o principal país acolhedor de pessoas em situação de deslocamento forçado na América Latina (United Nations High Commissioner for Refugees, 2023), exercendo um papel importante na região, uma vez que é o destino de expressivos grupos de migrantes. Contudo, no tocante ao acolhimento, um dos desafios que as pessoas enfrentam no destino é o acesso à educação superior gratuita. Assim, a presente pesquisa tensiona a imbricação das categorias de raça e nacionalidade na agenda reparatória do padrão de dominação colonial fundado nas hierarquias raciais que ainda segue operando sobre corpos que se deslocam no século XXI (Silva, 2020; 2022). O objetivo geral é analisar o acesso e permanência de pessoas em situação de migração forçada nas Universidades Federais de Santa Catarina (UFSC), do Rio Grande do Sul (UFRGS) e da Integração Latino-Americana entre 2019 e 2024. Para a realização do objetivo geral, tem-se três objetivos específicos: (i) identificar o processo de tomada de decisão sobre os editais especiais de ingresso na UFSC, UFRGS e UNILA; (ii) investigar as experiências e desafios no acesso e na permanência na Universidade por intermédio dos editais especiais; (iii) avaliar o impacto destas ações afirmativas na integração e na afro-reparação a partir da imbricação das categorias de raça e nacionalidade. Como pergunta de partida, questiona-se em que medida políticas de acesso à educação para migrantes no sul do Brasil podem produzir efeitos de caráter afro-reparatório no acolhimento? A pesquisa qualitativa pretendida é operacionalizada através de levantamento e análise crítica da literatura existente sobre afro-reparação, migrações forçadas, políticas de inclusão de pessoas em situação de refúgio à educação superior e racismo no contexto brasileiro. Por intermédio do método de estudo de caso das experiências das Universidades Federais do sul do Brasil que oferecem políticas de acesso para migrantes e refugiados(as), será possível analisar os editais lançados, coletar dados de quem são as pessoas que se inscrevem nos processos seletivos, quem são as que acessam as Universidades, quais cursos oferecem vagas e quais vagas são preenchidas. Mediante o modelo hipotético-dedutivo, argumenta-se que as políticas de acesso ao ensino superior são ações afirmativas importantes para assegurar o acolhimento e a integração de migrantes no Brasil, contudo concebe as(os) sujeitos de maneira universalizante, sem racializar para uma efetiva reparação e garantia de direitos, conforme atesta Silva (2022). Tendo em vista que a pesquisa está em andamento, apresentam-se resultados esperados e outros parciais. Espera-se, ao tratar do acesso à educação e do acolhimento de migrantes forçados no sul do Brasil, compreender como o contexto histórico de barreiras dirigidas ao controle da mobilidade de corpos não-brancos e ao benefício de pessoas brancas do Norte Global oferece novos significados. Tem-se como resultado parcial o destaque da influência de longa duração da matriz colonial de poder e das hierarquias raciais na formação da sociedade brasileira (González, 2020; Moura, 2015; Quijano, 2005) e do racismo continuado no campo migratório (Silva, 2020).

Palavras-chave: Reparações; Migrantes; Educação.

Securitização das mudanças climáticas: uma análise das possibilidades e perspectivas brasileiras a partir da atuação das Forças Armadas no desastre hidrológico de maio de 2024 no Rio Grande do Sul

Giulia Viapiana Corrêa

Nos últimos tempos as mudanças climáticas têm se intensificado, resultando no aumento da frequência e da magnitude de eventos climáticos extremos e desastres naturais. Uma das estratégias que frequentemente se apresenta no cenário político e militar para lidar com estas questões é a securitização do meio ambiente e das mudanças climáticas. No Brasil, a maior parte dos desastres naturais registrados é de origem hidrológica e o país vivenciou uma das maiores catástrofes desta categoria no ano de 2024, as enchentes no Rio Grande do Sul, onde, diante do exaurimento das capacidades das instituições locais, as Forças Armadas (FA) foram mobilizadas para auxiliar na resposta ao desastre. Diante disso, o presente estudo tem como objetivo analisar o papel das Forças Armadas no Brasil na resposta a desastres naturais decorrentes de eventos climáticos extremos a partir do caso mencionado e as possibilidades de securitização das mudanças climáticas no país. Apesar da atuação imprescindível das FA nas ações de resposta, este estudo revela uma lacuna importante nos principais documentos de defesa nacionais, o Livro Branco de Defesa Nacional, a Política Nacional de Defesa, a Estratégia Nacional de Defesa e o Livro Verde de Defesa Nacional, visto que nenhum destes aborda as mudanças climáticas de forma direta ou eficiente, tampouco securitizam o tema no país. A análise evidencia que, no Brasil, este processo de securitização das mudanças climáticas ainda é incipiente, mesmo diante da crescente frequência e magnitude de eventos climáticos extremos, bem como demonstra que a atuação das FA se dá em razão de uma atribuição subsidiária. O trabalho, fundamentado em uma metodologia qualitativa, combinando análise documental e revisão bibliográfica, divide-se em duas partes: inicialmente apresenta um panorama do desenvolvimento das temáticas das mudanças climáticas e da segurança no contexto internacional, apontando a intersecção entre ambas; e, posteriormente, analisa o emprego das FA em resposta aos desastres climáticos, a realidade e as possibilidades de securitização das mudanças climáticas no Brasil. Conclui-se que a securitização da mudança do clima no país apresenta um potencial significativo para ampliar estas capacidades de resposta aos eventos climáticos extremos. Neste sentido, a pesquisa sugere que, diante da intensificação dos desastres naturais, existem dois caminhos possíveis: a reformulação das políticas de defesa, de modo a incluir as mudanças climáticas como um eixo central da segurança nacional, fortalecendo as respostas institucionais aos desastres naturais e alinhando o Brasil às tendências internacionais emergentes no campo da segurança climática, ou, então, o fortalecimento das estruturas locais de resposta aos desastres para que as Forças Armadas não sejam afastadas de sua missão constitucional e suas atribuições primordiais e nem tenham sua operacionalidade comprometida. Ao explorar estas intersecções, o trabalho busca contribuir para o debate sobre o aprimoramento das capacidades de resposta diante da emergência climática e dos eventos climáticos extremos.

Palavras-chave: Securitização das mudanças climáticas; desastres hidrológicos no Rio Grande do Sul; militarização dos desastres no Brasil.

China e cooperação Sul-Sul na América Latina: o caso do Fórum China-CELAC

Ian Filipe Costa Araújo

A China tem emergido no cenário global como uma grande potência, em vias de tornar-se a maior economia global, rivalizando com os Estados Unidos da América (EUA) a posição de hegemon no sistema internacional. Esse processo não ocorre de maneira linear, tampouco influencia todas as regiões e países da mesma forma. O objetivo deste artigo é, portanto, analisar como tem se dado o processo de cooperação da China com a América Latina e o Caribe, através da sua atuação por meio do Fórum China-CELAC. Busca-se relacionar a organização com a retórica de Cooperação Sul-Sul utilizada pela diplomacia chinesa e identificar as contradições, desafios e oportunidades presentes nesse processo. O artigo se vale especialmente de revisão bibliográfica de pesquisadores dedicados à temática e documentos oficiais emitidos pelo próprio Fórum.

Palavras-Chave: Cooperação Sul-Sul; Fórum China-CELAC; América Latina.

História e memória de Portugal contemporâneo: para além dos arquivos da Polícia Internacional de Defesa do Estado (PIDE)

Ivan Ducatti

As características do assentamento do império português em África contemporânea, também conhecido como Ultracolonialismo, teve como base de sustentação várias ações, como a construção racista do código de trabalho indígena e a repressão da Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE) (1945-1969). Neste trabalho, interessa-nos esta última. Encontram-se em nosso poder cerca de 7 mil cópias de documentos produzidos por essa instituição, obtidas no Arquivo Torre do Tombo em Lisboa. OBJETIVO GERAL: Contribuir para a análise crítica da formação imperial portuguesa na África, desde a implantação da PIDE naquele continente até a sua extinção, a partir de fontes primárias: fotografias, relatórios, informes, correspondências, jornais, textos radiofônicos, comunicações entre embaixadas, atas, correspondências interceptadas e pedidos de informação policial – trata-se de uma pesquisa em andamento na Universidade Federal Fluminense. Como OBJETIVO ESPECÍFICO: conhecer as formas de repressão aos militantes de libertação nacional nas ex-colônias portuguesas em continente africano; monitoramento da militância internacional que apoiava esses militantes; observação dos acontecimentos políticos que ocorriam nos países e ex-colônias vizinhas de outros impérios europeus; controle de informações sobre movimentações diplomáticas; relacionamento com os Estados Unidos da América, entre outras. Com tais objetivos, buscaremos ascender aos seguintes conteúdos históricos: trabalho forçado; estratégias de resistência contra o império colonial ultramar de Portugal; atuação contrarrevolucionária do Estado português (ação bélica e psicológica); denúncias na imprensa revolucionária; relações internacionais e Guerra Fria; formação dos movimentos de resistência e apoio internacional; ideologia do lusotropicalismo e seus rebatimentos sobre as culturas africanas; racismo e eugenia; perseguição a religiões e culturas autóctones; expressão da literatura ficcional africana e movimentos de resistência. Uma prévia classificação dos documentos nos tem permitido informar os assuntos dos documentos: lutas pela independência colonial, transcrição de atividades militantes, atividades religiosas, material bélico, imprensa revolucionária, reuniões de militantes, relações internacionais, solidariedade dos povos africanos, contatos internacionais pró-libertação e visitas diplomáticas. METODOLOGIA: classificação das fontes por intermédio de um processo que envolva os seguintes momentos: 1) classificação por tipo de documentação (tipo de fontes) a partir de uma amostra seletiva; 2) leitura crítico-analítica de cada tipo de documento, visando a interpretação dos textos, discursos e narrativas contidos; 3) exposição dos resultantes dessa apropriação classificatória. A apropriação de tal metodologia – classificação e separação de materiais para observações mais detalhadas de cada tipo de material produzido – visa facilitar a formulação de perguntas a um objeto qualquer. A partir de então, é possível dar um tratamento do material mais acurado, a fim de examiná-lo em suas singularidades e particularidades, estabelecendo relações e correlações entre todos os materiais (fontes) disponíveis. Estas nos darão as conclusões provisórias: elas são, ao mesmo tempo, verdadeiras e histórico-relativas (o saber não esgota o ser), cujo aprofundamento do estudo não significa a negação das conclusões anteriores, mas um avanço a partir delas. O parâmetro metodológico que seguimos nos permite buscar uma máxima fidelidade do sujeito ao objeto, cujo objetivo nesse processo teórico consiste em reproduzir, refletir, com a precisão do seu movimento. A fidelidade do sujeito ao objeto supõe o máximo de criatividade para a percepção do movimento.

Palavras-chave: Colonização Portuguesa na África; Polícia Política; Repressão.

As moedas internacionais atuais: meio de troca, unidade de conta e reserva de valor

Janypher Marcela Inácio Soares

A moeda surge para facilitar as trocas e possibilitar a ampliação das negociações, é fruto, dentre vários outros elementos, da divisão do trabalho. Analisar a moeda em si é algo complexo, porém, a determinação política da moeda e das relações monetárias internacionais tornam o estudo relevante. É fato que, para uma moeda ser considerada uma moeda, ela tem funções e espaços de atuação específicos. Esse artigo tem como objetivo verificar a utilização das principais moedas internacionais no cumprimento das funções meio de troca, unidade de conta e reserva de valor. Em relação à metodologia, a pesquisa se caracteriza como exploratória e documental, pois busca proporcionar aprofundamento em relação à temática e trazer dados primários sobre a utilização das moedas. Para a obtenção desses dados foram pesquisadas as bases do BIS – Bank for International Settlements e do IMF – International Monetary Fund. Em se tratando da abordagem do problema, a pesquisa é classificada como qualitativa com viés quantitativo, onde os dados obtidos nas fontes supracitadas servem para contribuir com a interpretação dos fenômenos e da realidade estudada. Verificou-se que, uma moeda internacional é escolhida dada a sua utilização enquanto meio de troca, unidade de conta e reserva de valor no âmbito internacional, e isso, está relacionado ao país emissor da moeda. Apesar das críticas ao dólar americano, e do inegável privilégio vivenciado pelos Estados Unidos, na década de 1980, o artigo mostra que, nos últimos quarenta anos, outras moedas, também, figuraram e figuram como moedas relevantes.

Palavras-chave: Moedas internacionais. Dólar americano. Renminbi.

Entre Identidades e Instituições: uma reflexão acerca da crítica construtivista ao institucionalismo liberal enquanto contribuição teórica para a Análise de Política Externa (APE)

José Antonio Fogolari

Com o objetivo de contrastar as abordagens institucionalista liberal e construtivista sobre política externa, o presente estudo busca analisar, por meio de uma revisão bibliográfica, os aspectos centrais de ambas as teorias acerca do tema, destacando as diferentes premissas e enfoques adotados. A partir da literatura institucionalista é possível observar a predominância da preocupação com o papel das instituições internacionais na promoção da cooperação entre os Estados, argumentando que essas instituições moldam as preferências e os comportamentos dos atores. Essa teoria enfatiza a importância de fatores internos como as preferências sociais e a estrutura política dos Estados, bem como a influência das instituições internacionais na formulação da política externa. O construtivismo, por sua vez, oferece uma perspectiva mais dinâmica e processual, que enfatiza a importância das ideias, normas e identidades na construção social dos interesses e comportamentos dos Estados. A teoria questiona a visão liberal de que as instituições são neutras e eficazes, argumentando que elas são socialmente construídas e moldadas por práticas discursivas e normativas. A principal crítica do construtivismo ao institucionalismo liberal reside na visão reducionista deste último, que tende a simplificar a complexidade da política internacional ao enfatizar a racionalidade e os constrangimentos sistêmicos. O construtivismo, por sua vez, destaca a importância da agência, da identidade e das normas sociais na formação das preferências e comportamentos dos Estados. Em suma, o estudo conclui que o construtivismo oferece uma contribuição importante ao estudo da política externa, permitindo uma análise mais dinâmica e contextualizada, capaz de superar as limitações do institucionalismo liberal e de compreender a complexidade das relações internacionais contemporâneas para além da racionalidade e dos constrangimentos sistêmicos.

Palavras-chave: Construtivismo; Institucionalismo Liberal; Política Externa.

O BRICS no desenvolvimento sustentável da bioeconomia na Amazônia Legal entre 2020-2024: contraposição ou adaptação das instituições de governança global

Leandro Rodrigues Lopes

Júlia Saint Martin

A Bioeconomia na Amazônia representa uma importante janela de oportunidades para o desenvolvimento econômico sustentável ao promover o uso de tecnologias aliado à exploração dos recursos naturais dessa região. Além disso, o desenvolvimento da bioeconomia, em geral, se mostra como um caminho para enfrentar as mudanças climáticas globais e a preservação da biodiversidade no Brasil. A expectativa, portanto, é de gerar valor agregado para os bens oriundos da floresta, bem como mantê-la de pé, respeitando o costume dos povos originários e tradicionais locais. Nesse contexto, desde os anos 2000, a cooperação entre países de economia emergente vêm ganhando relevância no cenário internacional, especialmente diante da crescente aproximação entre os países do BRICS (sigla que se refere a Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). Cada vez mais, o Brasil tem obtido ganhos econômicos significativos em decorrência da sua inserção no grupo. A política de comércio entre os países, bem como os acordos comerciais são cruciais na geração de consequências positivas ou negativas para o crescimento econômico desses países. Diante deste cenário, estabelece-se a seguinte pergunta norteadora: a cooperação entre os países do BRICS configura-se como uma adaptação ou uma contraposição às instituições da governança global no que tange ao desenvolvimento da bioeconomia na Amazônia Legal? A hipótese central deste estudo parte do entendimento que a cooperação entre esses países, apesar de promissora, gera ganhos assimétricos. Tal fator indica, portanto, uma dinâmica adaptação e não de contraposição, dada a ausência de uma efetiva transferência de tecnologia para o Brasil. A hipótese derivada desta primeira é de que sem a devida transferência de tecnologia, ou capacidade autóctone de desenvolvimento, não será possível reduzir o gap tecnológico que mantém o Brasil numa condição periférica. Os resultados preliminares do estudo também apontam neste sentido. Nesse sentido, o objetivo principal deste trabalho é abordar se e como a cooperação entre os países do BRICS contribui para o desenvolvimento sustentável da bioeconomia na Amazônia Legal, levando em consideração os desafios e oportunidades oferecidos por essa parceria internacional, além das implicações dessa relação para a economia e a política ambiental da região. A metodologia adotada é de natureza qualitativa, com base em um levantamento bibliográfico abrangente, que inclui publicações de artigos em jornais e periódicos, além de livros, teses e dissertações pertinentes ao tema. A análise crítica desses materiais busca entender o papel da cooperação internacional no fomento de um modelo de desenvolvimento que alie a preservação ambiental ao crescimento econômico na região da Amazônia Legal.

Palavras-chave: BRICS; Desenvolvimento Sustentável; Bioeconomia na Amazônia.

O movimento antigênero sob a ótica das teorias feminista, construtivista e crítica de base neogramsciana: a Igreja Católica e o papel da linguagem

Liza Maria de Oliveira Parente

Observa-se, nos últimos anos, uma flexibilização de leis que discorrem sobre os direitos sexuais e reprodutivos, processo apoiado pelo fortalecimento do movimento feminista em escala global, o qual passa a ganhar força principalmente a partir das conferências das Nações Unidas na década de 1990. Apesar de claros avanços progressistas em diversos países, percebe-se, em reação, o crescimento de uma ofensiva antigênero liderada por setores religiosos, governos conservadores e ativistas denominados pró-vida, os quais buscam manter o status quo machista e heteronormativo ao barrar o avanço feminista. Nesse sentido, embora exista uma diversidade de atores pertencentes a essa ofensiva antigênero, a qual alcança escala global a partir de sua atuação transnacional, é possível enxergar uma forte influência de uma moral cristã conservadora especialmente em países colonizados por antigas metrópoles católicas ou protestantes. Tais locais, dessa forma, tiveram uma formação cultural bastante influenciadas por instituições e práticas que reforçam estereótipos patriarcais, como a ultravalorização do casamento, a estrutura familiar formada por homem, mulher e filhos e o estabelecimento do papel da mulher como cuidadora dos filhos, das atividades domésticas e como submissa ao esposo. A partir do exposto, o presente trabalho busca responder a questão: como a linguagem se torna um efetivo instrumento de difusão e manutenção de um status quo machista e heteronormativo por meio da atuação do movimento antigênero transnacional. A fim de responder tal questionamento, a pesquisa se utilizará de um estudo de caso em que se analisará discursos promovidos por representantes do Vaticano, na Assembleia Geral das Nações Unidas, os quais trataram sobre gênero e temas correlatos. Ademais, a partir das teorias construtivista, feminista e crítica de base neogramsciana, a pesquisa buscará entender o processo de formação do discurso antigênero e sua efetividade na difusão de uma ideologia patriarcal globalmente. A pesquisa tem como objetivos: 1) fazer um introdução inicial das teoria construtivista, feminista e crítica; 2) realizar uma análise comparada das três teorias, tendo como foco o papel da linguagem para a construção da realidade social; 4) investigar os discursos promovidos pelo Vaticano, no que tange ao temas de gênero, e como a linguagem se torna relevante como estratégia de difusão da moral cristã e, em consequência, da ideologia patriarcal. Justifica-se a escolha do estudo de caso por entender que o Vaticano possui importante papel ao difundir a doutrina católica cristã, que se coloca em divergência ao projeto feminista de acesso aos direitos sexuais e reprodutivos, além de representar um agente político com protagonismo dentro do bloco antigênero mundial, especialmente por seu posicionamento em arenas de debate internacional, como as Nações Unidas, e seu impacto político e social diante dos milhares de fiéis que ainda possui. Ademais, a escolha do tema se justifica por entender a atualidade da questão, especialmente em um contexto em que o patriarcalismo e o machismo ainda se apresentam como parte do status quo social. A pesquisa também se torna relevante ao contribuir para a crescente bibliografia sobre gênero e relações internacionais.

Palavras-chave: Gênero. Vaticano. Relações Internacionais.

Movimentos feministas transnacionais na América Latina: Análise das políticas de saúde das mulheres na Constituição de 1988

Monique Rafaela Sartor

A presente pesquisa busca compreender como se deu o impacto dos movimentos feministas transnacionais latino-americanos na formulação de políticas de saúde para as mulheres no Brasil durante a elaboração da Constituição Federal de 1988. Partindo da definição dos movimentos feministas transnacionais como parte de uma rede de atores sociais internacionais capazes de promover interações entre agentes de múltiplos níveis globais, o trabalho entende que esses movimentos possuem a capacidade de “influenciar os processos formais de tomada de decisão do Estado, contribuindo para políticas públicas mais benéficas a grupos sociais mais vulneráveis.”. Neste contexto, e destacando as políticas de saúde das mulheres como um elemento fundamental das lutas feministas, é considerado que, no que se refere ao Brasil, os movimentos feministas regionais da América Latina tiveram particular relevância na formulação dos princípios constitucionais de direitos humanos. Dessa forma, por meio da realização de um estudo de caso, o trabalho tem como objetivo entender (I) como acontece a formulação das estratégias de atuação dos movimentos feministas transnacionais da América Latina e (II) quais os impactos dessas estratégias na formulação dos princípios constitucionais brasileiros ligados à saúde da mulher. Para isso, foi realizada, na primeira parte da pesquisa, uma revisão da literatura sobre os movimentos transnacionais de direitos humanos, com destaque para os movimentos feministas, e a elaboração de princípios de direitos humanos na Constituição de 1988, com o propósito de contextualizar o debate sobre a atuação desses movimentos nas normas brasileiras. Posteriormente, será realizada uma análise bibliográfica e documental dos materiais (panfletos de divulgação e relatos de ativistas) produzidos durante os Encontros feministas transnacionais da década de 1980, a fim de entender como ocorreu o desenvolvimento dos ideais latino-americanos sobre a saúde da mulher e das estratégias de atuação dos movimentos que defendem os direitos ligados à temática. Por fim, será conduzida uma análise dos impactos dessas ideias e estratégias transnacionais no desenvolvimento dos princípios relacionados à saúde da mulher contidos na Constituição Federal de 1988. Assim, a pesquisa conclui, até então, que a redemocratização do Brasil, cenário no qual foi elaborada a Constituição de 1988, foi o processo que catalisou a intensificação da atuação dos atores sociais em relação à luta pelo reconhecimento dos direitos humanos no país, inclusive os atores ligados aos movimentos feministas transnacionais. Essa intensificação se deu, na América Latina, por meio da expansão das redes de atuação das mulheres no contexto da realização de diversos Encontros feministas na região, uma vez que os cenários políticos latino-americanos eram semelhantes. Além disso, em relação às políticas de saúde para as mulheres, os movimentos feministas transnacionais influenciaram fortemente o fenômeno da Reforma Sanitária no país, que incluiu problemáticas até tão ignoradas, como os direitos reprodutivos femininos, na agenda de saúde brasileira.

Palavras-chave: Feminismos; Movimentos Transnacionais; Políticas de saúde.

As relações de gênero na política: o avanço da extrema-direita e o ataque às mulheres

Stela da Rocha de Medeiros Dantas

O cenário da política internacional nas últimas décadas vem sendo marcado por uma crise democrática e pelo avanço de mobilizações de uma política vinculada à extrema-direita. O espaço virtual foi um grande aliado para a perpetuação dos movimentos antidemocráticos, uma vez que distintos grupos se articularam e propagaram seus ideais de forma mais acentuada e anônima. É no cenário das plataformas online que se perpetuaram as comunidades da “manosphere”, nos quais diferentes padrões de masculinidade podem ser vistos. É entre a masculinidade subalterna que se perpetuam os grupos incels, esses sendo um dos principais representantes da filosofia Red Pill. Nas redes sociais, esses grupos destilam o discurso de ódio misógino, racista, homofóbico e gordofóbico, sendo também possível a articulação e a interação em rede entre diferentes indivíduos. Sendo as mulheres uma das principais vítimas desses ataques, é recorrente a utilização das plataformas digitais para a perpetuação da violência política de gênero. Sendo assim, com o objetivo de analisar as relações de gênero no âmbito da política, tendo como foco o avanço da extrema-direita nas plataformas digitais, o presente artigo tem como fim responder a pergunta de pesquisa: “como o avanço da extrema direita dá abertura para a perpetuação de discursos de ódio contra as mulheres no espaço digital?”. Para isso, foi necessário a realização de uma revisão bibliográfica, acompanhada da análise de plataformas online, como o Reddit. A partir do analisado, tem-se que o discurso de ódio online contra as mulheres faz parte de um continuum de violências, sendo esses grupos amparados por discursos perpetuados e legitimados pela extrema-direita.

Palavras-chave: Extrema-direita; Discurso de ódio; Violência Política de Gênero.

O declínio da hegemonia americana, a ascensão chinesa e a crise sistêmica da ordem neoliberal: uma análise sobre a responsabilidade da China sobre os rumos do longo século XXI

Yasmin Lenz Piccoli Castelli

O presente artigo tem como objetivo analisar os impactos da ascensão chinesa na crise sistêmica ao longo da transição para o século XXI. A hipótese, embasada em Arrighi (2008), é de que o futuro da sociedade chinesa está entrelaçado ao futuro da sociedade mundial. Enquanto aporte metodológico, é de caráter comparativo histórico entre as trajetórias de Estados Unidos e China. Utilizamos os conceitos de capitalismo, hegemonia e crise sistêmica, aplicados aos dados históricos dos processos de declínio da hegemonia estadunidense e ascensão chinesa, buscando compreender suas implicações aos rumos de uma nova ordem global.

Palavras-chave: Ascensão Chinesa; Hegemonia; Crise sistêmica.

Crimes contra a população Rohingya em Mianmar: a atuação da ASEAN diante do Golpe Militar de 2021

Yula Munhoz Francisco

O tema desta pesquisa é o posicionamento da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) diante dos crimes cometidos contra a população Rohingya de Mianmar, entre 2017 e 2023. Mianmar é um país com grande diversidade étnica, mas nem todos os grupos étnicos são reconhecidos como cidadãos oficialmente, como é o caso dos Rohingya, que são considerados estrangeiros. Em 2017, ocorreu o início de uma das maiores crises Rohingya, com ampla perseguição, discriminação, causando mortes e o refúgio em massa dessa população. Diante do agravamento dessa situação a partir de 2017, e posterior mudança política no país em 2021, com a tomada do poder pela junta militar, surgiu o questionamento acerca do posicionamento da ASEAN sobre a situação. A ASEAN é uma organização intergovernamental que reúne dez países da região, e tem o objetivo de cooperação econômica, social, cultural, técnica e educacional. Além de promover a paz e estabilidade da região. Por isso, questiona-se se houve uma mudança no posicionamento da ASEAN em relação à Mianmar desde 2017, com a crise dos Rohingya, e após o Golpe Militar de 2021. O marco temporal da pesquisa foi definido visando abranger o posicionamento da ASEAN em relação a Mianmar, diante das alterações na política do país, desde 2017, com o agravamento da crise Rohingya até 2023, buscando entender se o posicionamento da ASEAN foi afetado após o golpe militar de 2021. Metodologicamente, realizou-se análise qualitativa de documentos e literatura relevante, considerando tanto fontes primárias como secundárias. Além do uso da análise de conteúdo qualitativa. Entre as fontes primárias e secundárias utilizadas estão, documentos oficiais da ASEAN, disponíveis no site dessa, além de notícias, artigos acadêmicos e livros. A hipótese inicial era de que a ASEAN mudou seu posicionamento em relação à situação de Mianmar desde 2017, em especial sobre os Rohingya, após o golpe militar de 2021. No decorrer da pesquisa, foi possível observar que a hipótese foi comprovada em partes, porque pouco foi discutido sobre os Rohingya nos documentos oficiais da ASEAN. A questão do posicionamento teve como foco a discussão de apoiar ou não o regime militar de Mianmar, discussões sobre interferência, e como cada país membro se posiciona sobre a situação. Por fim, identificou-se que a ASEAN não tomou ações em relação a Mianmar sobre os Rohingya, porque possui desafios internos, como o princípio de não interferência entre os Estados-membros; a ausência de mecanismos de responsabilização regional e sanções; e a incapacidade de equilibrar seus interesses estratégicos face à crescente influência das grandes potências em Mianmar.

Palavras-chave: ASEAN; Crise Rohingya; Regime Militar Mianmar.

PÔSTERES APROVADOS**CRONOGRAMA SEPERI 2024*****Mostra de Iniciação científica*****SEXTA-FEIRA, 29 DE NOVEMBRO DE 2024*****Hall do CSE, 10:00-12:30*****A produção teórica latino-americana nas Relações Internacionais: Aplicabilidade da Teoria da Dependência**

- João Gabriel Gaspat Ballesterro (UFSC)

A questão da terra em África: governança ambiental e movimentos sociais agrários

- Daniel Sauruk Taborda (UFSC)

Acolhimento e Integração de Estudantes Internacionais Vinculados ao PEC-G da UFSC: Projeto Sintegra

- Elka Lima Hostensky; Lígia Rocha Cavalcante Feitosa; Valéria De Bettio Mattos; Tainara Silva Macêdo (UFSC)

Percalços da diáspora na ilha do desterro: a imigração venezuelana no Brasil e na Grande Florianópolis

- Bruno Henrique Silva (UFSC)

IA no Brasil: uma análise da Estratégia Brasileira de Inteligência Artificial

- Gabriel Coutinho (UFSC)

CRONOGRAMA SEPERI 2024***Mostra de Iniciação científica*****SEXTA-FEIRA, 29 DE NOVEMBRO DE 2024*****Hall do CSE, 10:00-12:30*****Pesquisa bibliométrica sobre cooperação e direito internacional ambiental no Brasil**

-Mariane martins Franceschetto (UFSM)

Poder cibernético e políticas de defesa: uma análise da construção das capacidades norte-americanas

-Ana Clara Ferreira Leonetti; Bernardo Almada Kiefer; Brenda Fabiani Lucini; Sofia Santiago Silva Gontijo (UFSC)

A ascensão das capacidades cibernéticas da China e suas implicações no contexto de disputas geopolíticas

- Larissa Barreiros Ramalho; Louise Fernanda Souza Prado; Maria Rita dos Santos Peres; Marina Signorini Castilho (UFSC)

Narrativas Sul-Sul: A cooperação ambiental entre Brasil e África do Sul

- Julia Beatriz Brum de Souza; Mariane Martins Franceschetto (UFSM)

As posturas do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos diante de violações emblemáticas: as gestões de Zeid ra'ad Hussein (2014 - 2018), Michelle Bachelet (2018 - 2022) e Volker Türk (2022 -)

- Eduardo Garcia Guimarães (UFGD)

Acolhimento e Integração de Estudantes Internacionais Vinculados ao PEC-G da UFSC: Projeto Sinteгра

Elka Lima Hostensky
Lígia Rocha Cavalcante Feitosa
Valéria De Bettio Mattos
Tainara Silva Macêdo

Este artigo aborda a relevância de projetos interventivos voltados para a promoção do acolhimento e integração dos estudantes internacionais em Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras. A base desta redação são as atividades desenvolvidas no Projeto de Extensão Sinteгра, parceria institucional entre a Secretaria de Relações Internacionais (SINTER) e o Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) com foco inicial nos estudantes do Programa Estudante-Convênio de Graduação (PEC-G). O objetivo é promover a integração acadêmica e o pertencimento destes estudantes à comunidade universitária por meio de atividades de recepção, criação de canais de comunicação, desenvolvimento de guias informativos e encontros vivenciais, além de ações técnico-instrumentais voltadas para a capacitação de servidores. Os principais resultados mostram que as atividades facilitam a adaptação dos estudantes, promovem uma rede de apoio e melhoram a comunicação, contribuindo para uma integração mais eficiente e acolhedora.

Palavras-chave: Acolhimento universitário, integração acadêmica, estudantes internacionais.

Poder cibernético e políticas de defesa: uma análise da construção das capacidades norte-americanas

Ana Clara Ferreira Leonetti

Bernardo Almada Kiefer

Brenda Fabiani Lucini

Sofia Santiago Silva Gontijo

Guilherme Espindola (orientador)

A construção das capacidades cibernéticas dos Estados Unidos é alicerçada em uma infraestrutura educacional e tecnológica avançada que desempenha um papel central no âmbito de tecnologias de informação e comunicação. Esses fatores garantem uma vantagem tecnológica significativa, promovendo a criação de uma robusta estrutura de defesa cibernética. Nesse sentido, as políticas de defesa e segurança cibernética dos Estados Unidos passam a incorporar, cada vez mais, o objetivo de manter sua superioridade no ciberespaço, refletindo uma extensão lógica de sua estratégia militar. Nesse sentido, as capacidades cibernéticas não são vistas apenas como uma dimensão técnica, mas como um componente estratégico fundamental para a defesa nacional e para a manutenção da ordem global estadunidense. A National Cybersecurity Strategy de 2023 busca conciliar essas duas faces: a necessidade de manter a superioridade no ciberespaço e a urgência de proteger suas redes e infraestruturas de potenciais ataques cibernéticos, frente à vulnerabilidade crítica do país relacionada a interconectividade digital. Em vista disso, o presente trabalho, de caráter exploratório, busca responder a seguinte pergunta de pesquisa através de investigação bibliográfica de dados qualitativos e quantitativos: de que forma as estratégias de desenvolvimento das capacidades cibernéticas norte-americanas expressam as intenções de manutenção hegemônica do país? Sendo assim, o objetivo geral é delinear a construção das capacidades cibernéticas estadunidenses como expressão de seus objetivos de defesa e intenção de consolidar-se como poder preponderante, analisando como tais fatores se mostram presentes em documentos de alto nível norte-americanos.

Palavras-chave: cibernética; defesa; Estados-Unidos.

Percalços da diáspora na ilha do desterro: a imigração venezuelana no Brasil e na Grande Florianópolis

Bruno Henrique Silva Costa de Pinho
Orientador: Fábio Pádua dos Santos

As raízes da onda migratória bastante expressiva de venezuelanos ao Brasil e ao estado de Santa Catarina nos últimos anos devem ser buscadas na economia política da Venezuela e no papel que ela ocupa na hierarquia global, para além da crise humanitária que o país vivencia atualmente. Sob essa ótica, o presente trabalho busca compreender a relação entre a migração, a mobilidade de trabalho e a desigualdade sistêmica entre países centrais e dependentes, a partir do caso venezuelano, visando responder à seguinte pergunta de pesquisa: quais são os determinantes objetivos e subjetivos da migração venezuelana ao Brasil e à Grande Florianópolis, em termos da divisão internacional do trabalho e do papel que nela desempenha a economia venezuelana? Para isso, à luz da Teoria Marxista da Dependência e de um conjunto de autores que analisam o fenômeno migratório criticamente, mostramos de que maneira a reprodução desigual e combinada do capitalismo condiciona os deslocamentos internacionais, e analisamos as repercussões individuais que os imigrantes sentem como determinantes subjetivos da migração, sobretudo com base no sociólogo argelino Abdelmalek Sayad. O referencial bibliográfico das teorias migratórias e da história venezuelana será articulado com os resultados obtidos na pesquisa de campo com os imigrantes venezuelanos atendidos pela parceria entre a Defensoria Pública da União e o grupo Améfrica-UFSC, a fim de investigar as particularidades deste fluxo Sul-Sul na região metropolitana de Florianópolis. Em sua maioria mulheres trabalhadoras em idade economicamente ativa, jovens e de escolaridade média, esses indivíduos abandonam em massa sua terra natal após a crise em que o país se afunda desde meados da década de 2010, com efeitos que se expressam individualmente na falta de emprego, insegurança e fragilidade nos serviços básicos. Escolhem o Brasil por aqui enxergarem a possibilidade de uma vida mais digna, com mais oportunidades e custo de vida mais baixo, além da proximidade geográfica - a despeito das dificuldades com a barreira do idioma - e da reunião familiar. Embora haja uma melhora relativa nas condições econômico-financeiras dos venezuelanos, a realidade material da migração por vezes colide com as expectativas do projeto migratório: para além dos aspectos subjetivos de desenraizamento, solidão e saudade envolvidos no processo, as dificuldades com a subsistência básica persistem, sobretudo pela centralidade das remessas para os familiares de origem no total da renda. Encontram condições de trabalho mais dignas e até melhores salários em comparação à Venezuela, mas exercem as atividades indesejadas pelos brasileiros, trabalhando jornadas maiores do que a média e ocupando os estratos mais baixos de nível salarial. Ao adentrarem o mercado de trabalho de outro país caracterizado historicamente pela dependência em relação ao centro do capitalismo, os imigrantes servem ao capital na medida em que sua força de trabalho móvel é superexplorada, oferecida como mão de obra barata aos setores que dela necessitam.

Palavras-chave: Imigração venezuelana; Dependência; Migrações Internacionais; Desigualdade sistêmica; Florianópolis.

A questão da terra em África: governança ambiental e movimentos sociais agrários

Daniel Sauruk Taborda

Essa pesquisa tem como propósito investigar a convergência entre a governança ambiental e questões fundiárias em África, com ênfase no impacto das políticas globais e movimentos sociais locais. A ideia central da governança ambiental é que ela consiste em uma esfera política para debates e ações, com múltiplos níveis de poder e dinâmicas. As dinâmicas e relações de poder são moldadas por regimes internacionais e parâmetros locais e extra locais que definem, habilitam e restringem as responsabilidades e ações dos estados. Nesse sentido, a governança ambiental global surge a partir da ideia de que os Estados são incapazes de gerir problemas ambientais transfronteiriços, necessitando de uma abordagem coordenada. A governança ambiental afeta cada estado africano de uma forma diferente, podem tanto levar a solidariedade e cooperação quanto gerar inseguranças referentes ao meio ambiente. Sendo assim, os estados utilizam das questões ambientais como maneira para conseguir mais recursos internacionais ou aumentar seu status político. Um dos focos da governança ambiental atual é sobre a agricultura, para que haja uma transição de métodos extensivos para intensivos. Um outro tema central dentro da governança ambiental é a questão da terra e a relação com os movimentos pelo direito fundiário. No contexto do desenvolvimento socioeconômico da África, a agricultura e o uso da terra são pontos de grande influência na construção da governança ambiental. Para entender como é produzido o discurso da governança ambiental, é fundamental entender como as organizações internacionais se posicionam sobre o tema, em especial a United Nations Environment Program (UNEP). Sendo assim, esse conceito envolve normas, regras e instituições que regulam decisões, ações e interações entre governos, sociedade civil e o setor privado em relação ao meio ambiente. Desde os primeiros debates, a governança ambiental tem sido associada à degradação ambiental e à necessidade de prevenir esses danos. Usando como estudo de caso a África do Sul, é possível compreender que um dos problemas mais sérios no pós-apartheid era a questão da terra. A maioria da população sul-africana permanecia sem acesso seguro à terra, vivendo em condições precárias, seja em áreas urbanas ou rurais. Essa situação de insegurança fundiária é um legado direto das políticas racistas do apartheid e do desenvolvimento capitalista que levou à desapropriação de terras. O Landless People's Movement (LPM) surgiu como uma resposta a essa crise. As ocupações de terra tornaram-se um método importante do LPM e outros movimentos sociais. Essas ocupações refletem a intensa demanda por habitação e terra, tanto em áreas urbanas quanto rurais. Historicamente, as ocupações de terras têm sido uma forma eficaz de protesto e reivindicação de direitos na África do Sul, sendo uma forma de resistência contra a lentidão da reforma agrária. Portanto, a pesquisa demonstra que a governança ambiental na África é caracterizada por uma combinação de cooperação e contestação, onde as pressões globais frequentemente colidem com as resistências locais. A análise também revela a importância de movimentos sociais como atores oposição às práticas estatais.

Palavras-chaves: África; movimentos sociais; governança ambiental.

As posturas do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos diante de violações emblemáticas: as gestões de Zeid Ra'ad Hussein (2014 - 2018), Michelle Bachelet (2018 - 2022) e Volker Turk (2022 -)

Eduardo Garcia Guimarães

O Alto Comissariado das Nações Unidas para Direitos Humanos (ACNUDH) é um órgão da ONU voltado à promoção, monitoramento e proteção dos direitos humanos em todo o mundo. A pesquisa teve como objetivo analisar as posturas de Zeid Ra'ad Al Hussein (2014-2018), Michelle Bachelet (2018-2022) e Volker Türk (2022 -), três mandantes do mais alto posto ligado aos direitos humanos das Nações Unidas, o cargo de Alto Comissário, perante casos emblemáticos de violações de direitos humanos ocorridos sob suas respectivas gestões. Os materiais utilizados para esta pesquisa foram, em grande parte, produções bibliográficas a respeito da temática, relatórios produzidos e disponibilizados pelos Escritório do Alto Comissariado para Direitos Humanos (EACNUDH), e ainda, notícias e outras informações que repercutiram nos grandes grupos de mídia. Também foram utilizadas literaturas que tratam sobre os conceitos de Naming and Shaming - nomear e envergonhar em português -, e declarações, tanto de jornais como de jornalistas envolvidos dentro do universo das Nações Unidas. Apesar de terem desempenhado a mesma função, Zeid, Bachelet e Volker demonstram abordagens distintas ao lidar com as responsabilidades do cargo, sobretudo no contexto dos violadores dos direitos humanos. Zeid, príncipe jordaniano que abdicou de sua coroa para exercer o cargo, ficou conhecido por seu modo público e agressivo no que tange o tratamento de líderes e violadores. Bachelet, por sua vez, médica chilena, que por duas vezes exerceu a função de Presidenta do Chile, e que também já assumiu outras duas das mais altas posições do governo de seu país, como o cargo de ministra da Saúde, e ministra da Defesa, atribuiu a suas características, o tom discreto e diplomático de suas críticas e recomendações. Já Türk, advogado austriaco e funcionário de longa data das Nações Unidas, ainda que relativamente desconhecido até sua ascensão ao cargo, teve como principal característica o equilíbrio entre a crítica ativa, símbolo de Zeid, e a diplomacia, promotora de mudanças, e grande aliada de Bachelet. Os resultados da pesquisa indicaram que, mesmo o Alto Comissário fazendo valer o uso de sua influência junto aos Estados para promover os interesses da ONU e dos direitos humanos, certos países, frequentemente grandes financiadores ou potências hegemônicas, desconsideraram suas sugestões, e ao contrário da grande maioria, desafiam a estrutura proposta pela organização sem receio de possíveis rupturas ou consequências. Outra resolução da pesquisa foi a de que o confronto entre a abordagem de voz pública ativa e voz pública discreta reflete o conflito entre Estados e Sociedade civil. Isso significa que, embora a postura de Zeid seja eficaz para mobilizar Movimentos Sociais e Organizações Não Governamentais, ela nem sempre é benéfica para a diplomacia. Por outro lado, a abordagem de Bachelet, que de certa forma desagradava a sociedade civil, acelera o avanço de resoluções favoráveis ao progresso diplomático e aos direitos humanos.

Palavras-chave: ONU, Direitos Humanos, Política Internacional.

IA no Brasil: uma análise da Estratégia Brasileira de Inteligência Artificial

Gabriel Coutinho

Esta pesquisa investiga o papel estratégico da Inteligência Artificial (IA) para a construção da capacidade estatal brasileira, com foco na atual Estratégia Brasileira de Inteligência Artificial (EBIA), publicada em 2021 pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). A pesquisa pretende fornecer uma análise sobre como o Brasil está se posicionando no cenário global de IA, compreendendo as novas tecnologias enquanto importantes recursos de poder para os Estados. Ao examinar a EBIA e outras iniciativas nacionais no campo da IA, como a criação de Centros de Pesquisa Aplicada, a pesquisa destaca as prioridades do governo brasileiro, avaliando seu alinhamento com tendências globais na governança de IA. Para tanto, são trazidos ao trabalho documentos e publicações do MCTI e de instituições que tratam da tecnologia da informação, como o Comitê Gestor da Internet no Brasil, bem como índices internacionais de IA. As conclusões contribuem para a compreensão da IA enquanto elemento central para a construção da capacidade estatal e oferecem perspectivas sobre as oportunidades e desafios enfrentados pelo Brasil no desenvolvimento de sua estratégia de IA, enfatizando a necessidade crítica de fortalecer sua liderança regional e global no cenário de inovação tecnológica. A pesquisa ressalta a importância da atualização contínua das políticas públicas sobre IA e do planejamento estratégico diante da constante e acelerada evolução das novas tecnologias.

Palavras-chave: Inteligência Artificial; Brasil; Estratégia de IA.

A produção teórica latino-americana nas Relações Internacionais: aplicabilidade da Teoria da Dependência

João Gabriel Gaspar Ballesterio

O presente trabalho, visando analisar as contribuições teóricas latino-americanas às Relações Internacionais, busca repassar as três vertentes da Teoria da Dependência no intuito de dela extrair categorias que possam vir a se mostrar úteis à análise do cenário internacional periférico de modo geral, não restrito às américas, de modo a responder à pergunta: pode-se considerar a Teoria da Dependência uma teoria de Relações Internacionais? Para tanto, fez-se uma pesquisa bibliográfico-documental de caráter exploratório, havendo-se trabalhado sobre fontes primárias e secundárias, sob abordagem qualitativa, e empregado o método dedutivo, a partir de autores tais como André Gunder Frank, Vânia Bambirra, Theotônio dos Santos, Ruy Mauro Marini, Enzo Faletto, Fernando Henrique Cardoso, Luiz Carlos Bresser-Pereira e Stefano Palestini. Nesse sentido, ao passo se delimitou, de um lado, os conceitos sobre os quais os intelectuais dependentistas operaram, em oposição aos seus antecessores cepalinos, fez-se a distinção, dentre aqueles, entre os marxistas, os dependentistas-associados e os nacional-dependentistas, pautando-se, para isso, sempre nas proposições de cada qual, ao que se seguiu o destaque das categorias que mais relevantes se mostravam àqueles pensadores e a avaliação da utilidade destas enquanto instrumental analítico útil ao internacionalista, particularmente quanto àquelas de hierarquização do cenário internacional em centro e periferia, dependência externa estrutural, relevância dos movimentos sociopolíticos internos das nações periféricas, integração assimétrica nas Cadeias Globais de Valor, financialização dependente, superexploração da força de trabalho e apropriação, afora dos excedentes, dos cérebros latino-americanos, pelo que se concluiu se pode sim considerar a Teoria da Dependência uma teoria das Relações Internacionais, ou melhor, uma escola, uma vez suas contribuições ao pensamento social latino-americano tenham grande importância para a compreensão dos fluxos internacionais em suas contradições, por exemplo, para o desvelo da essência instrumental de organismos interestatais tais como Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional e Organização Mundial do Comércio, que possuem, como fim último, a reprodução do centro em seu esplêndido desenvolvimento, às custas da periferia, e para a problematização de movimentos tais como a criação de blocos econômicos e a associação financeiro-monetária entre Estados díspares em suas condições (e. g., NAFTA/USMCA e franco CFA).

Palavras-chave: Teoria das Relações Internacionais; Teoria da Dependência; Subdesenvolvimento.

Narrativas Sul-Sul: a cooperação ambiental entre Brasil e África do Sul

Julia Beatriz Brum de Souza
Mariane Martins Franceschetto

No contexto dos estudos interdisciplinares entre Direito Internacional e Relações Internacionais que se ocupam da governança ambiental, esta pesquisa propõe fazer um levantamento e análise do conteúdo da cooperação internacional ambiental do Brasil para a África do Sul, com base em categorias de horizontalidade. A metodologia utilizada combina análises qualitativas e quantitativas, fundamentando-se em uma abordagem hipotético-dedutiva. A hipótese é que, sabendo que o Brasil concentra sua cooperação internacional em setores como agricultura, saúde e educação, a cooperação ambiental com a África ainda pode ser vista como incipiente. A coleta de dados inclui o mapeamento de marcos políticos, jurídicos e acordos, com base no Portal Concórdia e dados da Agência Brasileira de Cooperação, nos quais buscou-se identificar o arcabouço bilateral e multilateral em meio ambiente. Ao total, foram 27 acordos localizados, sendo 9 desses bilaterais, 8 presentes no fórum IBAS e 10 do BRICS. Com o intuito de fazer uma análise do conteúdo normativo presentes nesses atos, identificou-se matérias reguladas, o papel depreendido pelos países, a divisão dos encargos financeiros e a presença ou não de mecanismos de monitoramento, avaliação e consenso de publicidade. Também avaliou-se o caráter estruturante desses acordos, no sentido de entender se essa cooperação de fato capacita e fortalece as instituições dos países envolvidos. Os resultados indicam que, apesar do potencial da cooperação ambiental entre Brasil e África do Sul, esta ainda é incipiente, como defendido na hipótese inicial, enfrentando desafios de implementação. A análise revela uma ênfase na criação de agendas, porém com pouca formalização jurídica e operacional. A cooperação segue o padrão de Cooperação Sul-Sul (CSS), com um caráter estruturante, mas carece de mecanismos robustos para garantir a efetividade. Os resultados obtidos contribuem para uma melhor compreensão da cooperação ambiental bilateral entre o Brasil para a África do Sul, destacando a importância da cooperação técnica nesse contexto, enquanto a análise interdisciplinar conecta Direito Internacional e Relações Internacionais, destacando a influência das dinâmicas políticas e governamentais na promoção de direitos ambientais.

Palavras-chave: Direito Internacional Ambiental; Cooperação Sul-Sul; África do Sul.

A ascensão das capacidades cibernéticas da China e suas implicações no contexto de disputas geopolíticas

Larissa Barreiros Ramalho
Louise Fernanda Souza Prado
Maria Rita dos Santos Peres
Marina Signorini Castilho
Rodrigo Ribeiro (orientador)

Com a consolidação da Era da Informação e a expansão do ciberespaço no século XXI, iniciou-se uma corrida por investimentos em tecnologia, cibersegurança e inteligência artificial, sobretudo entre os países desenvolvidos. Nesse cenário, grandes potências como a China passaram a realizar investimentos significativos em tecnologias de cibersegurança, visando proteger sistemas, informações sensíveis e dispositivos contra ameaças virtuais. Além disso, a China tem utilizado suas capacidades cibernéticas para defender infraestruturas críticas contra possíveis ataques, desenvolver sistemas de vigilância que integram inteligência artificial e big data, e conduzir operações cibernéticas para moldar narrativas que promovem a imagem do governo chinês. Nesse contexto, outras potências, como os Estados Unidos, demonstram preocupação com o avanço cibernético da China e sua tentativa de se estabelecer como uma superpotência nesse campo, especialmente frente a tensões globais, como as disputas no Mar do Sul da China. Isso, pois a China tem investido na construção de sofisticadas armas cibernéticas, capazes de dominar satélites inimigos, e mantém grupos especializados em ciberespionagem. Além disso, acusações recentes sugerem que o país já estaria utilizando inteligência artificial em áreas como robótica militar, orientação de mísseis e veículos aéreos não tripulados. Diante dessa mudança de cenário e da disputa tecnológica e hegemônica que se apresenta, esta pesquisa visa responder à seguinte pergunta: como os investimentos em capacidades cibernéticas da China se relacionam com o contexto de tensões globais e disputas geopolíticas regionais e com os Estados Unidos? Com isso, propõe-se uma análise das principais capacidades cibernéticas do Estado chinês e seus impactos nos objetivos estratégicos do país. Para tanto, o estudo será conduzido a partir de uma revisão bibliográfica fundamentada em pesquisas exploratórias baseadas em dados qualitativos e quantitativos, utilizando relatórios de cibersegurança, documentos oficiais e artigos como referências.

Palavras-chave: Ciberespaço; China; Capacidades cibernéticas.

Pesquisa bibliométrica sobre Cooperação e Direito Internacional Ambiental no Brasil

Mariane Martins Franceschetto

Julia Beatriz Brum de Souza

Uma pesquisa bibliométrica visa analisar e quantificar a produção científica em um campo específico, usando fontes bibliográficas para avaliar influência, relevância, tendências de pesquisa, colaborações e a evolução do conhecimento ao longo do tempo. No campo do Direito Internacional, de forma geral, as pesquisas bibliométricas são pouco utilizadas, de forma que se conhece pouco as preferências e as lacunas do campo. Nesse sentido, a presente pesquisa faz um levantamento bibliométrico que visa entender a relação do meio ambiente com o campo de pesquisa do Direito Internacional e da Cooperação Internacional, assim como as preferências temáticas e metodológicas desses campos no tema. Nesse processo, buscou-se entender o panorama dos artigos de maior relevância publicados nas últimas quatro décadas nas principais revistas de saúde e direito, analisando sua categoria, matéria, metodologia de análise, metodologia de abordagem, metodologia de procedimento, assim como os principais conceitos utilizados, o gênero do autor, país de publicação, idioma e a vinculação da produção ao governo. Os termos de pesquisa selecionados para conduzir esse levantamento foram “Direito Internacional Ambiental”, “Direito Ambiental” e “Cooperação Internacional Ambiental” dentro de uma ampla gama de plataformas, como Google Scholar, Publish or Perish, Scielo, Periódicos CAPES, Revista CEJ, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, visando a diversificação de resultados e a obtenção de resultados representativos dos dois campos analisados. Nesse sentido, chegou-se a 100 artigos, utilizando técnicas de análise quantitativa para examinar informações específicas, como a quantidade de textos escritos por mulheres, a quantidade de textos em português e outras estatísticas objetivas relacionadas à produção acadêmica. O universo inicial de textos analisados revela que a maioria dos estudos relevantes estão vinculados a revistas especializadas em Direito, o que indica a forte interseção entre os tópicos sob análise. Também, a forte preferência por métodos qualitativos, estudos de caso e pesquisa historiográfica demonstra a complexidade dessas áreas e a necessidade de uma abordagem aprofundada. Dentro da análise qualitativa aplicada aos textos, inclui-se tópicos como a identificação das preferências temáticas e a análise das abordagens metodológicas, visando uma compreensão aprofundada das nuances das questões tratadas nos artigos e das escolhas metodológicas feitas pelos pesquisadores, em contraste com a simples quantificação de dados objetivos. E, embora a maioria dos autores seja do gênero masculino, nota-se uma diversidade crescente de gênero na produção acadêmica, sugerindo uma mudança positiva em direção à inclusão de mais perspectivas no campo. A pesquisa bibliométrica desempenha um papel essencial ao identificar tendências, lacunas de pesquisa e influências no campo do Direito Internacional e da Cooperação Internacional relacionados ao meio ambiente, oferecendo insights cruciais para orientar futuras pesquisas, promover abordagens mais abrangentes e fortalecer a comunidade acadêmica e profissional nesses campos interseccionados com o meio ambiente.

Palavras-chave: Direito Internacional Ambiental; Cooperação; Pesquisa bibliométrica.



**IV SEMINÁRIO DE PESQUISA
EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

28 e 29 de novembro de 2024

APOIO E REALIZAÇÃO



IV SEMINÁRIO DE PESQUISA EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS (SEPERI)

Anais IV SEPERI

Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina

28 e 29 de novembro de 2024



SEPERI
2024